

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Liberdade sob ameaça digital

A internet brasileira sempre foi um exemplo de governança democrática. Desde o Marco Civil da Internet, em 2014, o País consolidou três pilares fundamentais: liberdade de expressão, neutralidade da rede e privacidade. Mas esse modelo admirado no mundo está sob ataque.

Modernização regulatória

Sob o pretexto de uma “modernização regulatória”, o governo federal e órgãos como a Anatel vêm ampliando seu poder sobre o ambiente digital. A decisão de revogar a norma que separava serviços de telecomunicações dos chamados serviços de valor adicionado, como a internet, abriu caminho para o controle estatal de áreas até então autônomas.

O alerta dos jornais brasileiros

Para o presidente-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech (foto), “o princípio é simples, fora questões tecnológicas muito específicas, a internet deve estar submetida à mesma legislação que vigora no mundo físico. Isso significa o bônus da proteção da liberdade de expressão e o ônus da responsabilidade por eventuais abusos, como já ocorre com qualquer outra empresa ou cidadão”.



ANJ/DIVULGAÇÃO/JC

Ferramenta de controle político

A posição de Rech traduz a preocupação dos principais jornais do País com o risco de que a regulação digital se transforme em ferramenta de controle político. A liberdade de expressão, valor essencial à democracia e à imprensa, não pode ser confundida com ausência de responsabilidade, mas tampouco deve ser sufocada pela burocracia estatal.

Do pluralismo à tutela

O Projeto de Lei 4.557/24 propõe subordinar à Anatel o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), órgão multissetorial que, desde 1995, garante a pluralidade e o equilíbrio das decisões sobre a rede. Essa mudança ameaça desmontar um modelo que une governo, empresas, academia e sociedade civil em um processo transparente e cooperativo.

Já existem leis suficientes

Na opinião do deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL), “o des-governo Lula, insistentemente, quer acabar com a liberdade de expressão nas redes sociais, onde eles sabem que a direita tem amplo domínio. Já existem leis suficientes no Brasil para punir crimes na Internet”.

Entre liberdade e licença

O que está em jogo é mais do que uma disputa técnica, é a essência da democracia digital. Ao substituir a lógica da colaboração pela da autorização, o Estado enfraquece o que fez da internet brasileira uma referência: sua capacidade de inovar, de garantir diversidade e de refletir o espírito democrático.

Maioria do STF condena sete réus do núcleo 4

Placar de 3 a 1 foi formado com o voto da ministra Cármen Lúcia

/ JUSTIÇA

A maioria dos ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) votou nesta terça-feira para condenar os sete réus do núcleo 4 da tentativa de golpe de estado ocorrida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O placar de 3 votos a 1 pela condenação foi formado com a manifestação da ministra Cármen Lúcia. “O núcleo de desinformação promoveu um conjunto de práticas delituosas que levou à intimidação sutil e eficiente, produzida pelas mídias sociais. Com as mensagens falsas, direcionadas, assolou-se a irritabilidade política, como campo minado nas relações sociais”, disse a ministra.

Os ministros Alexandre de

Moraes e Cristiano Zanin também votaram pela condenação dos réus. Luiz Fux abriu divergência e votou para absolver os acusados.

Até o fechamento desta edição a sessão continuava para a tomada do último voto, do presidente do colegiado, ministro Flávio Dino.

Fazem parte deste núcleo os seguintes investigados: Ailton Gonçalves Moraes Barros (major da reserva do Exército); Ângelo Martins Denicoli (major da reserva do Exército); Giancarlo Gomes Rodrigues (subtenente do Exército); Guilherme Marques de Almeida (tenente-coronel do Exército); Reginaldo Vieira de Abreu (coronel do Exército); Marcelo Araújo Bormet (policial federal) e Carlos Cesar Moretzsohn Rocha (presidente do Instituto Voto Legal).

O grupo é acusado pela Procu-

radoria-Geral da República (PGR) de organizar ações de desinformação para propagar notícias falsas sobre o processo eleitoral e ataques virtuais a instituições e autoridades, em 2022.

Eles respondem pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Após a rodada de votação sobre absolvição ou condenação, os ministros vão deliberar sobre as penas que serão impostas aos condenados.

Os acusados que forem condenados pelo STF não serão presos automaticamente. As defesas poderão recorrer da eventual condenação.

Guilherme Boulos assume Secretaria-Geral da Presidência

/ GOVERNO FEDERAL

A ida de Guilherme Boulos (PSOL) à chefia da Secretaria-Geral da Presidência a convite do presidente Lula (PT), anunciada nesta segunda-feira à noite, ocorreu após um período arrastado de conversas com o petista, que levou meses para fazer a troca.

Desde março, quando veio a público que Lula cogitava o político para ministro, Boulos foi de deputado de atuação discreta a articulador de atos de rua que atraíram a maior quantidade de militantes de esquerda nos últimos anos.

Em julho, a convocação da Frente Povo Sem Medo, da qual Boulos faz parte, levou 15 mil pessoas à avenida Paulista na noite de uma quinta-feira para defender políticas econômicas do governo federal, como a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, e em protesto ao tarifaço de Donald Trump. O cálculo de manifestantes foi feito pelo Monitor do Debate Político do Cebrap, da USP.

Já no dia 21 de setembro, o movimento também esteve à frente de diversos atos, em todo o País, contra o projeto de anistia e a PEC da Blindagem. Na mesma Paulista, o Cebrap calculou a presença de 42,4 mil pessoas, número equi-

parável ao do protesto bolsonarista de 7 de setembro no local.

Nos dois atos, os discursos de Boulos estiveram entre os de maior destaque e foram os mais ovacionados pelos presentes. O deputado, que ajudou na convocação para as manifestações, disse em ambas as ocasiões que os protestos marcavam “a retomada das ruas” pela esquerda.

O convite de Lula para que ele assumisse o ministério veio acompanhado do pedido para que Boulos não dispute cargos públicos em 2026 e trabalhe pela reeleição do presidente. Apesar dos apelos do entorno do petista, aliados do deputado descartam uma troca do PSOL pelo PT.

Boulos deve abrir mão de se candidatar após uma segunda derrota para a Prefeitura de São Paulo - para Ricardo Nunes (MDB), no ano passado - que teve um gosto mais amargo do que a primeira, em 2020, quando perdeu para Bruno Covas (PSDB), morto em 2021.

Na primeira tentativa, ainda sem mandato, Boulos concorreu isolado com uma campanha que havia custado R\$ 9,8 milhões (em valores corrigidos). Ele obteve 40,6% dos votos válidos no segundo turno.

Na segunda, já com experiência parlamentar, apoio do PT, a

presença de Lula em seu palanque e um orçamento de R\$ 81,6 milhões, a confiança entre seus aliados na vitória era mais sólida, mas ele manteve o teto de 40,6% dos votos.

Passada a eleição, setores do PSOL e aliados ligados a movimentos sociais associaram a derrota a erros estratégicos de campanha, como as tentativas de amenizar a imagem do deputado para evitar que ele fosse tratado como “radical” e “invasor” pelos adversários. A versão mais branda de Boulos foi estranhada pelo eleitorado, segundo a avaliação, por deixá-lo menos espontâneo e pouco enérgico, destoando do perfil apresentado em eleições anteriores.



DANIEL RAMALHO/AFP/JC

Boulos foi convidado por Lula

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323